



Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder
Executivo
seção II

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 130 • Número 27 • São Paulo, sexta-feira, 7 de fevereiro de 2020

www.imprensaoficial.com.br

Atos do Governador

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR

Decretos de 6-2-2020
Promovendo, nos termos do Dec.-lei 13.654-43 e suas alterações, ao posto de Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares, por merecimento, os Tenentes-Coronéis PM: 901258-3 Edson Luis da Silva Simeira, do PMRG; 901216-8 Aleksander Toaldo Lacerda, do 7º BPM/I; 883556-0 Ricardo Roberto Tofanelli, do 4º BPRv; 883560-8 Robson Cabanas Duque, do 37º BPM/M; e 891266-1 José Raposo de Faria Neto, do 27º BPM/M.
Classificando, por conveniência do serviço, em face de promoção, os Coronéis PM: 901258-3 Edson Luis da Silva Simeira, no CPA/M-11; 901216-8 Aleksander Toaldo Lacerda, no CPI-7; 883556-0 Ricardo Roberto Tofanelli, no CPC; 883560-8 Robson Cabanas Duque, no CPA/M-10; e 891266-1 José Raposo de Faria Neto, na EEF.
Transferindo, por conveniência do serviço, os Coronéis PM: 852104-2 Paulo Henrique Fontoura Faria, da APMBB para o Gab Cmt G; 862745-2 Alexandre Marcos de Oliveira, do CPA/M-10 para a DL; 871920-9 Williams de Cerqueira Leite Martins, do CPI-7 para o CPI-9; 884128-4 Alexandre Moncius Romanek, do CPA/M-11 para a APMBB; e 883555-1 Fábio Rogério Cândido, da EEF para o CPI-5.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Decretos de 6-2-2020
Autorizando, o afastamento de Henrique de Campos Meirelles, RG 6.245.811-5, Secretário da Fazenda e Planejamento, para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seu cargo, no período de 8 a 13-2-2020, empreender viagem a Dubai – Emirados Árabes Unidos, a fim de acompanhar a missão oficial que o Governador fará àquele país.
Nomeando, nos termos do art. 20, I, da LC 180-78, o abaixo indicado, para exercer em comissão, e em Jornada Completa de Trabalho, o cargo a seguir mencionado, a que se refere a LC 1080-2008, do SQC-I-QSFP:
Gabinete do Secretário
Secretário Executivo: Tomas Bruginski de Paula, RG 1.554.630/SSP/PR, vago em decorrência da exoneração de Milton Luiz de Melo Santos, RG 178.602-SSP/DF.

Casa Civil

GABINETE DO SECRETÁRIO

CHEFIA DE GABINETE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Portaria da Diretora, de 6-2-2020
Concedendo:
a partir de 26-9-2019, com fundamento no art. 129 da CE/89, tendo em vista, a Contagem de Tempo de Serviço 274-2020 a sexta-parte dos vencimentos a Carlos Augusto Costa Ricardo, RG 15.710.429-1, Executivo Público, Ref. 1, Grau C, da EVNU, do SQC-III-QCC;
com fundamento no art. 129, da Constituição do Estado de São Paulo, por ter completado 20 anos de efetivo exercício um adicional por tempo de serviço 4º: Carlos Augusto Costa Ricardo, RG 15.710.429-1, a partir de 26-9-2019.

Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução de 6-2-2020
Autorizando, nos termos do art. 69 da Lei 10.261-68, observado o disposto no Dec. 52.322-69, o afastamento de Camila Rodrigues, RG 27.453.277-3, Médico I, do Instituto de Infectologia "Emílio Ribas", da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seu cargo, porém sem quaisquer outros ônus para o Estado, no período de 6 a 13-3-2020, empreender viagem a Boston, Massachusetts - Estados Unidos da América, a fim de participar da "Conferência sobre Retrovírus e Infecções Oportunistas - CROI 2020".
Apostila do Secretário, de 6-2-2020
Na resolução publicada a 19-6-2019, para declarar que o afastamento na parte de Ludmilla Cristina de Camargo Oliveira, RG 28.479.536-7, ao exterior, no período de 29-6 a 11-8 p.passado, foi sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seu cargo.
Despacho do Chefe de Gabinete, Respondendo pelo Expediente, de 24-1-2020
No processo CC-58.440-2011, em que é interessado Douglas Brito Siqueira: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se o Relatório Final PPD/PGE 1749-2019 e o Parecer 27-2020, da Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral do Estado, particularmente o contido no despacho aditivo da Chefia desta último órgão, Absolvo Douglas Brito Siqueira, RG 19.520.885, Oficial Operacional, do

Quadro da Secretaria de Governo, das imputações constantes da Portaria PPD 184-2015, por ausência de provas." Advogados: Denis Ramos - OAB/SP - 347.412; Luciana Simone Simonato Fernandes - OAB/SP - 188.522.
Despachos do Secretário, De 30-1-2020
No processo administrativo DETRAN-474.187-0-2011, Vols. I ao IV (SPG-135.443-2011), em que são interessados: Eumar Glauca da Cunha Barroso de Oliveira, RG 19.417.325, Oficial Administrativo, do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, nos termos do art. 251, II, c.c. os arts. 252 e 256, II, todos da Lei 10.261-68, pela prática de procedimento irregular de natureza grave; I – 90 dias de suspensão, em mitigação à pena de demissão, a Eumar Glauca da Cunha Barroso de Oliveira, RG 19.417.325, Oficial Administrativo, do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, nos termos do art. 251, II, c.c. os arts. 252 e 256, II, todos da Lei 10.261-68, pela prática de procedimento irregular de natureza grave; II – 30 dias de suspensão, em mitigação à pena de demissão, a Rodrigo da Silva Laurindo, RG 43.629.125-3, Oficial Administrativo, do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, nos termos do art. 251, II, c.c. os arts. 252 e 256, II, todos da Lei 10.261-68, pela prática de procedimento irregular de natureza grave e ato definido como crime contra a Administração Pública." Advogados: Antonio Sérgio Monteiro Fernandes - OAB/SP - 122.131; Arles Gonçalves Junior - OAB/SP - 168.982; Roberto Ciani - OAB/SP - 84.817.
De 3-2-2020
No expediente CC-119.175-2016 c/ap. SAA-9.193-2016 (SPPREV-260.871-17), sobre pedido de renúncia: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se o Parecer 52-2020, da Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral do Estado, defiro o pedido de renúncia ao direito de aposentadoria e respectivos proventos, formulado por Hélio de Sousa Pereira, RG 5.001.668, aposentado no cargo de Auxiliar Agropecuário, do Quadro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para aproveitar o tempo de serviço e todas as vantagens (adicionais e sexta-parte) no cargo de Agente de Apoio Agropecuário, que exerce na mesma Pasta."
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Portaria da Diretora, de 6-2-2020
Concedendo:
com fundamento no art. 129, da Constituição do Estado de São Paulo, por ter completado 10 anos de efetivo exercício um adicional por tempo de serviço 2º: Maira Oliveira Santos, RG 27.925.203-1, a partir de 27-9-2019;
com fundamento no art. 129, da Constituição do Estado de São Paulo, por ter completado 15 anos de efetivo exercício um adicional por tempo de serviço 3º: Manuela Santos Nunes do Carmo, RG 32.719.470-4, a partir de 14-9-2019;
nos termos dos arts. 209, 213 e 214 da Lei 10.261-68 com alterações posteriores, ao abaixo identificado, 90 dias de licença prêmio que faz jus, direito este adquirido em virtude de Ação Judicial, referente ao período aquisitivo mencionado:
SPDOC 128937-2009 – Valter Gomes da Mota, RG 14.370.937-9, Auxiliar de Serviços Gerais, Ref.1, Grau C, da EVNE, do SQF-II-QSG, de 24-12-2014 a 22-12-2019;
nos termos dos arts. 209, 213 e 214 da Lei 10.261-68 com alterações posteriores, aos abaixo identificados, 90 dias de licença prêmio que fazem jus, referente aos períodos aquisitivos mencionados:
SPDOC 103470-2009 – David Francisco de Sant’Ana, RG 35.712.335-9, Diretor I, Ref. 6, da EV-C, do SQC-I-QSG, de 11-12-2014 a 9-12-2019;
SPDOC 90059-2009 – Douglas Brito Siqueira, RG 19.520.885-7, Oficial Operacional, Ref. 3, Grau A, da EVNI, do SQC-III-QSG, de 6-12-2014 a 4-12-2019;
SPDOC 28619-2009 – Filipe Fernandes Gonçalves, RG 48.270.327-1, Assessor Técnico II, Ref.7, da EV-C, do SQC-I-QSG, de 22-12-2014 a 20-12-2019;
SPDOC 128225-2009 – Marco Antonio Leal Coelho, RG 12.310.131-1, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, de 17-12-2014 a 15-12-2019;
SPDOC 15707-2009 – Maria Cristina de Campos Oliveira, RG 21.557.017-0, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, de 10-12-2014 a 8-12-2019.
Apostila da Diretora, de 6-2-2020
Declarando, que Sandra Pereira Sodré, RG 17.560.500, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQF-II-QSG, passa a usar RG 17.560.500-2, em virtude de nova cédula de identidade.
Centro de Gestão de Pessoal
Núcleo de Registro e Cadastro
Comunicado
Relação de Cargos e Funções de Direção, Chefia Organizada de acordo com o artigo 80 do RGS, combinado com o art. 80 da LC 180-78, com a indicação devidamente aprovada de seus substitutos.
Nº DE ORDEM – UNIDADE ADMINISTRATIVA – CARGO OU FUNÇÃO-ATIVIDADE – NOME DO TITULAR DO CARGO OU FUNÇÃO–ATIVIDADE:-REFERÊNCIA – GRAU – ESCALA DE VENCIMENTOS – QUADRO-SUBSTITUTOS: NOME – CARGO OU FUNÇÃO-ATIVIDADE – REFERÊNCIA – GRAU – ESCALA DE VENCIMENTOS – QUADRO – FUNDAMENTO LEGAL DA ORGANIZAÇÃO DO ÓRGÃO DA CRIAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO.
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA
CENTRO DE APROVISIONAMENTO
67.845 – Núcleo de Suporte à Residência
Diretoria – Diretor I, Ref. 6, pró-labore, da EV-C, do SQC-I-QSG – Maria de Lourdes David de Almeida – 1º) Reginaldo Hidalgo Ramos – Oficial Operacional, Ref. 1-C, da EVNI, do SQF-II-QSG. Dec. 61.036-2015

UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE GESTÃO DOCUMENTAL
92.957 – Núcleo de Monitoria e Fiscalização
Diretoria – Diretor Técnico I, Ref. 9, da EV-C, SQC-I-QSG – Benedito Vanelli do Carmo Neto – 1º) Silmara da Silva Vilalba – Oficial Administrativo, Ref. 1-B, da EVNI, SQC-III-QSG. Dec. 61.036-2015
Válida para o período de 6 a 20-1-2020.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria ARTESP, de 6-2-2020
Dispõe sobre a suspensão do contrato de trabalho do empregado público Santi Ferri para prestação de serviços junto à Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, com prejuízo da remuneração e das demais vantagens, inclusive suspensão do benefício de assistência médica, hospitalar, cirúrgica e de métodos complementares de diagnóstico, de tratamento e atendimento odontológico.
A Diretora de Assuntos Institucionais Respondendo pelo Expediente da Diretoria Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, notadamente com fundamento no artigo 10, da Lei Complementar Estadual 914, de 14-01-2002, no artigo 16, do Decreto estadual 46.708, de 22-04-2002, e no artigo 19, incisos VII e XV, do Regimento Interno da ARTESP, e Considerando a Resolução de 24-01-2020 do Chefe de Gabinete respondendo pelo expediente da Secretaria de Governo, autorizando, em caráter excepcional, o afastamento de Santi Ferri, RG 30.115.460-0, Especialista em Regulação de Transporte III, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, para, com prejuízo dos salários e das demais vantagens de sua função, prestar serviços junto à Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, do Ministério da Infraestrutura, até 31-12-2020,
Defere:
Nos termos da citada Resolução e do artigo 444 da CLT, o pedido de suspensão do contrato de trabalho, para prestação de serviços junto à Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, com prejuízo da remuneração e das demais vantagens, inclusive suspensão do benefício de assistência médica, hospitalar, cirúrgica e de métodos complementares de diagnóstico, de tratamento e atendimento odontológico, do empregado público Sr. Santi Ferri, a partir de 10-02-2020 até 31-12-2020.
(Protocolo 467.429/2019 – Portaria ARTESP 18/2020)
Portaria ARTESP, de 6-2-2020
Designação de Empregado Público para função gratificada de Supervisor de equipe.
A Diretora de Assuntos Institucionais Respondendo pelo Expediente da Diretoria Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, conforme deliberação tomada na 880ª reunião do Conselho Diretor, no

uso de suas atribuições legais, notadamente com fundamento no artigo 10, da Lei Complementar Estadual 914, de 14-01-2002, no artigo 16, do Decreto estadual 46.708, de 22-04-2002, e no artigo 19, incisos VII e XV, do Regimento Interno da ARTESP,
DESIGNA o empregado público JOEL FERREIRA DOS SANTOS FERNANDEZ DIAS, portador da cédula de identidade RG 44.783.557-9, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE EQUIPE, de acordo com o disposto no artigo 11, da Lei Complementar 1.267, de 14-07-2015, e na Portaria ARTESP 95, de 14-11-2019, a partir de 06-02-2020.
(Protocolo 503.218/2020 – Portaria ARTESP 20/2020)

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Portarias da Diretora Vice-Presidente Respondendo pelo Expediente da Presidência, de 06-02-2020
Alterando, nos termos do inciso XI do artigo 10 da Lei Complementar 1195/2013:
a partir de 28-01-2020, a Portaria de 28, publicado em 29-03-2013, pela qual ALEXANDRE PEDRO RAFAEL DOS SANTOS, RG 42.355.348-3, foi admitido no emprego público em confiança de ASSISTENTE TÉCNICO DE TRÂNSITO, para que passe a exercer o emprego público em confiança de GERENTE SETORIAL, referência C2, do SQEP-C, previsto na L.C. 1195/2013, na vaga decorrente da dispensa de ASSME ABRÃO, RG 001.466.362, ficando lotado na Gerência de Atendimento Presencial, da Diretoria de Atendimento ao Cidadão, previsto no decreto 59.055/2013;
a partir de 29-01-2020, a Portaria de 13, publicado em 15-12-2018, pela qual DENIEL RICARDO DA SILVEIRA, RG 30.682.129-1, foi admitido no emprego público em confiança de DIRETOR TÉCNICO I, para que passe a exercer o emprego público em confiança de DIRETOR TÉCNICO II, previsto na L.C. 1195/2013, na vaga decorrente da dispensa de NOELI PAGANIN DA SILVA RIVA, RG 40.379.738-X, ficando lotado na CIRETRAN de Sumaré, previsto no decreto 59.319/2013;
a partir de 03-02-2020, a Portaria de 20, publicado em 21-09-2018, pela qual ANDERSON PEREIRA DE SOUZA, RG 11.287.667-60, foi admitido no emprego público em confiança de DIRETOR TÉCNICO I, para que passe a exercer o emprego público em confiança de DIRETOR TÉCNICO III, previsto na L.C. 1195/2013, na vaga decorrente da dispensa de ANA PAULA MENEZINH DA SILVEIRA PUPPO, RG 25.122.849-6, ficando lotado na CIRETRAN de Jundiaí, previsto no decreto 59.696/2013;
a partir de 03-02-2020, a Portaria de 13, publicado em 15-12-2018, pela qual ALEX AMSTALDEN GUARDIA, RG 21.498.165-4, foi admitido no emprego público em confiança de DIRETOR TÉCNICO II, para que passe a exercer o emprego público em confiança de DIRETOR TÉCNICO III, previsto na L.C. 1195/2013, na vaga decorrente da dispensa de DENIS STORANI, RG 33.761.061-7, ficando lotado na CIRETRAN de Limeira, previsto no decreto 58.229/2012.

Comunicado

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO

Artigo 115 da CE - Suplemento Especial

A Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado) COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2019, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 30 de abril de 2020, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual.

AS ENTIDADES FUNDACIONAIS, DE ECONOMIA MISTA E AS EMPRESAS PÚBLICAS DEVERÃO, para atendimento ao dispositivo constitucional, encaminhar diretamente à Imprensa Oficial do Estado S.A - IMESP, **impreterivelmente até o dia 06 de abril de 2020**, o quantitativo de seus quadros.

Essas entidades, na hipótese de maiores esclarecimentos quanto a transmissão e publicação, deverão contatar a Imprensa Oficial do Estado pelo telefone: SAC 0800 01234 01.

O arquivo deverá vir no formato texto com tabulação e salvo como texto sem formatação e enviado para o email:

artigo115-2020@imprensaoficial.com.br

de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, em conjunto com os documentos referidos no artigo 9º desta lei.

Artigo 15 - Na hipótese de não acudirem interessados para o processo licitatório previsto no artigo 8º, o contratado deverá dar continuidade à prestação do serviço público, nas condições previstas no inciso II do artigo 10 desta lei, até a realização de nova sessão para recebimento de propostas.

§ 1º - Persistindo o desinteresse de potenciais licitantes ou não concluído o processo de relicitação no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de qualificação de que trata o artigo 2º desta lei, o órgão ou a entidade competente adotará as medidas contratuais e legais pertinentes, revogando-se o sobrestamento das medidas destinadas a instaurar ou a dar seguimento a processo de caducidade anteriormente instaurado, na forma da lei.

§ 2º - O prazo de que trata o § 1º deste artigo poderá ser prorrogado, justificadamente, mediante ato do órgão ou entidade competente.

Seção IV

Disposições Finais

Artigo 16 - Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do contrato, o órgão ou a entidade competente fica autorizado a estender o prazo do contrato, justificadamente, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

Artigo 17 - Fica o Poder Executivo e a administração pública indireta estadual, em conjunto ou isoladamente, autorizados a compensar haveres e deveres de natureza não tributária com concessões únicas e subconcessionários.

Parágrafo único - O Poder Executivo e a administração pública indireta estadual poderão conceder garantias no âmbito dos contratos de concessão comum, concessão patrocinada, concessão administrativa, concessão regida por legislação setorial, permissão de serviços públicos e outros negócios público-privados, como forma de mitigar os riscos e diminuir os custos a eles associados.

Artigo 18 - As controvérsias surgidas em decorrência dos contratos de parceria, após decisão definitiva da autoridade competente, no que se refere aos direitos patrimoniais disponíveis, podem ser submetidas à arbitragem ou a outros mecanismos alternativos de solução de controvérsias.

§ 1º - Os contratos que não tenham cláusula arbitral, inclusive aqueles em vigor, poderão ser aditados a fim de se adequar ao disposto no “caput” deste artigo.

2º - As custas e as despesas relativas ao procedimento arbitral, quando instaurado, serão antecipadas pelo parceiro privado, e, quando for o caso, serão restituídas conforme posterior deliberação final em instância arbitral.

§ 3º - A arbitragem será realizada no Brasil e em língua portuguesa.

§ 4º - Consideram-se direitos patrimoniais disponíveis para fins desta lei:

- as questões relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
- o cálculo de indenizações decorrentes de extinção ou de transferência do contrato de concessão;
- o inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das partes; e
- divergências quanto à execução técnica de determinada obrigação contratualmente estabelecida.

Artigo 19 - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 20 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de janeiro de 2019.
RODRIGO GARCIA
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Marcos Rodrigues Penido
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente
José Henrique Germann Ferreira
Secretário da Saúde
Alexandre Baldy de Sant’Anna Braga
Secretário de Transportes Metropolitanos
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, respondendo pelo expediente da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 24 de janeiro de 2019.

Veto Total a Projeto de Lei

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 2018

São Paulo, 24 de janeiro de 2019
A-nº 036/2019
Senhor Presidente
Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei complementar nº 34, de 2018, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.472.

De iniciativa do então Chefe do Poder Executivo, a proposição objetiva integrar a classe de Cirurgião Dentista na Lei Complementar nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013, que “institui a carreira de Médico e dá providências correlatas”.

Mesmo considerados os relevantes serviços prestados pelos servidores públicos da classe de Cirurgião Dentista, não posso acolher a medida. Quando do encaminhamento da propositura, não foram realizados os devidos estudos orçamentários. O impacto somente com essa medida chega a R\$ 38 milhões/ano nos gastos de pessoal da Secretaria da Saúde, pasta que possui o maior número de servidores abrangidos. Também não é razoável que num momento de crise econômica e ajuste fiscal no estado, somente uma categoria de servidores consiga dobrar o valor da sua remuneração de uma só vez.

Diante destas circunstâncias, o veto atende à preservação do interesse público e garantia do princípio da igualdade de tratamento entre todos os servidores do estado neste momento.

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de lei complementar nº 34, de 2018 e fazendo-o publicar no Diário Oficial em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Rodrigo Garcia

VICE-GOVERNADOR, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 24 de janeiro de 2019.

Decretos

DECRETO Nº 64.091, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Delega competência ao Secretário da Fazenda e Planejamento para os fins que especifica

RODRIGO GARCIA, Vice-Governador, em Exercício no Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam outorgados poderes ao Secretário da Fazenda e Planejamento para, representando o Estado de São Paulo, praticar todos os atos indispensáveis à efetivação de transferências mobiliárias e imobiliárias autorizadas em lei, à contratação de operações de crédito e prestação de garantias e contragarantias, pelo Tesouro do Estado, junto à União ou às suas Autarquias, a instituições financeiras ou de crédito, da rede oficial ou privada, nacional ou internacional, podendo, para tanto, assinar contratos, e demais documentos, inclusive declarações, vinculados às operações ou às transferências federais, emitir cartas de fiança e praticar todos os atos necessários à formalização de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis e prestação de garantia ou contragarantia de interesse do Estado de São Paulo, de órgãos e entidades da administração direta, de autarquias, de fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, de empresas nas quais o Estado seja o acionista controlador, bem como demais entidades por ele direta ou indiretamente controladas, desde que cumpridas todas as formalidades legais exigíveis na ocasião para operações da espécie.

§ 1º - Inclui-se nos poderes outorgados a competência para referendar, como representante do Estado de São Paulo, as manifestações sobre o atendimento das condições gerais de natureza legal e financeira da Administração Pública Estadual, que devam instruir os procedimentos de autorização no âmbito dos órgãos federais, especialmente junto à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia, com vistas à contratação de operações de crédito interno e externo, bem como para a obtenção de garantias da União de interesse do Estado de São Paulo, nos termos da legislação e demais normas em vigor.

§ 2º - Nos impedimentos do Titular da Secretaria da Fazenda e Planejamento, os poderes de que trata este artigo poderão ser exercidos pelo Secretário Executivo da Pasta.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 63.464, de 11 de junho de 2018.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de janeiro de 2019
RODRIGO GARCIA
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 24 de janeiro de 2019.

DECRETO Nº 64.092, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Delega competência ao Secretário da Fazenda e Planejamento para os fins que especifica

RODRIGO GARCIA, Vice-Governador, em Exercício no Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam outorgados poderes ao Secretário da Fazenda e Planejamento para, representando o Estado de São Paulo, efetuar assinatura digital do Cadastro da Dívida Pública (CDP), da Secretaria do Tesouro Nacional, registro eletrônico centralizado das dividas publicas interna e externa de todos os entes federativos, a que se refere o § 4º do artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e artigo 27 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 63.383, de 9 de maio de 2018.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de janeiro de 2019
RODRIGO GARCIA
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 24 de janeiro de 2019.

DECRETO Nº 64.093, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Delega competência ao Secretário da Fazenda e Planejamento para os fins que especifica e dá providências correlatas

RODRIGO GARCIA, Vice-Governador, em Exercício no Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com vistas à correta instrução dos pleitos para a contratação de operações de crédito interno e externo junto a órgãos federais, especialmente o Ministério da Economia e a Secretaria do Tesouro Nacional, em atendimento às exigências formuladas na Lei Complementar nº 101/2000 e alterações, na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal e alterações, bem como em portarias e resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam outorgados poderes ao Secretário da Fazenda e Planejamento para, em nome do Estado de São Paulo, representar o Chefe do Poder Executivo e referendar pareceres técnicos sobre os projetos, que devam instruir os processos no âmbito dos órgãos federais, especialmente junto à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia, com vistas à obtenção de autorização para a contratação de operações de crédito interno e externo, bem como para a obtenção de garantias da União, de interesse do Estado de São Paulo, nos termos da legislação e demais normas em vigor.

§ 1º - Nas ausências e impedimentos do Secretário da Fazenda e Planejamento, os poderes de que trata o “caput” deste artigo ficam outorgados ao Secretário Executivo da Pasta.

§ 2º - O Secretário Titular da Pasta à qual o projeto referido no “caput” deste artigo estiver vinculado será o responsável

pelas informações técnicas, econômicas e jurídicas contidas nos pareceres referidos no artigo 1º deste decreto, devendo aprová-los prévia e expressamente.

Artigo 2º - O Secretário da Fazenda e Planejamento poderá expedir instruções complementares.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 57.275, de 24 de agosto de 2011.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de janeiro de 2019
RODRIGO GARCIA
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 24 de janeiro de 2019.

DECRETO Nº 64.094, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Delega competência ao Secretário da Fazenda e Planejamento para os fins que especifica

RODRIGO GARCIA, Vice-Governador, em Exercício no Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam outorgados poderes ao Secretário da Fazenda e Planejamento para representar o Chefe do Poder Executivo na prestação de declarações sobre a tramitação legislativa e o conteúdo do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, visando à instrução de procedimentos de contratação de operação de crédito de interesse do Governo do Estado e obtenção de garantias da União.

Artigo 2º - Nas ausências e impedimentos do Secretário da Fazenda e Planejamento, os poderes de que trata o artigo 1º deste decreto poderão ser exercidos pelo Secretário Executivo da Pasta.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 59.054, de 8 de abril de 2013.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de janeiro de 2019
RODRIGO GARCIA
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 24 de janeiro de 2019.

DECRETO Nº 64.095, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pela Concessionária VIAPAULISTA S.A., os imóveis necessários às obras de implantação da Praça de Pedágio (P2-Itai), km 306+000m da Rodovia Eduardo Saigh, SP-255, Município de Itai, Comarca de Avaré, no trecho que especifica e dá providências correlatas

RODRIGO GARCIA, Vice-Governador, em Exercício no Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 2º e 6º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956 e do disposto no Decreto nº 62.333, de 21 de dezembro de 2016,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela VIAPAULISTA S.A., empresa concessionária de serviço público, por via amigável ou judicial, os imóveis descritos nas plantas cadastrais de códigos nº DE-SPD306255-305.307-029-D02/001 e nº DE-SPD306255-305.307-029-D02/002 e memoriais descritivos constantes do processo ARTESP-025.620/2017-SG, necessários às obras de

implantação da Praça de Pedágio (P2-Itai), km 306+000m da Rodovia Eduardo Saigh, SP-255, Município de Itai, Comarca de Avaré, com área total de 19.249,20m² (dezenove mil, duzentos e quarenta e nove metros quadrados e vinte decímetros quadrados), dentro dos perímetros a seguir descritos, imóveis estes que constam pertencer aos proprietários, a saber:

I – área 1, a área a ser desapropriada conforme planta nº DE-SPD306255-305.307-029-D02/001, localiza-se entre o km 305+860,26m e o km 306+069,26m da Rodovia SP-255, Município de Itai, que consta pertencer a João Tadeu Leite de Queiroz e/ou outros , com linha de divisa partindo do ponto denominado 1 de coordenadas N=7403550.3744 e E=690627.3624 sendo constituída pelo segmentos 1-2 em linha reta com azimute de 214º26’25” e distância de 058,33m; 2-3 em linha reta com azimute de 230º52’10” e distância de 097,33m; 3-4 em linha reta com azimute de 247º31’43” e distância de 058,16m; 4-1 em linha reta com azimute de 050º55’05” e distância de 209,00m, perfazendo uma área de 2.540,28m² (dois mil, quinhentos e quarenta metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados);

II – área 2, a área a ser desapropriada conforme planta nº DE-SPD306255-305.307-029-D02/002, localiza-se entre o km 305-792,25m e o km 306+133,78m da Rodovia SP-255, Município de Itai, Comarca de Avaré, que consta pertencer a João Leite de Queiroz, Maria José Correa, Joaquim Moreira Leite, José Leite de Queiroz, Anna Leite da Fonseca, Sebastião Leite de Queiroz, Rosalina Moreira Oliveira, Maria Aparecida Leite Souto, Jorge Bento de Queiroz, Carmem Moreira de Souza, Pedro Moreira de Queiroz, Therezinha Leite de Almeida e/ou outros, com linha de divisa partindo do ponto denominado 1 de coordenadas N=7403632.0521 e E=690648.6207 sendo constituída pelos segmentos 1-2 em linha reta com azimute de 230º55’05” e distância de 341,53m; 2-3 em linha reta com azimute de 015º02’54” e distância de 108,45m; 3-4 em linha reta com azimute de 050º40’15” e distância de 181,23m; 4-1 em linha reta com azimute de 092º32’09” e distância de 096,86m, perfazendo uma área de 16.708,92m² (dezesseis mil, setecentos e oito metros quadrados e noventa e dois decímetros quadrados).

Parágrafo único - Ficam excluídas da presente declaração de utilidade pública as propriedades pertencentes às pessoas jurídicas de Direito Público que estiverem dentro da área abrangida por este decreto.

Artigo 2º - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, devendo a carta de adjudicação ser expedida em nome do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

Artigo 3º – As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da VIA-PAULISTA S.A..

Artigo 4º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de janeiro de 2019
RODRIGO GARCIA
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 24 de janeiro de 2019.

DECRETO Nº 64.096, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pela Concessionária RODOVIAS DO TIETÊ S.A., o imóvel necessário às obras de implantação da marginal na Rodovia Marechal Rondon, SP-300, entre o km 282+600m e o km 284+000m, pista leste, Município de Areiópolis, Comarca de São Manuel, no trecho que especifica e dá providências correlatas

RODRIGO GARCIA, Vice-Governador, em Exercício no Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 2º e 6º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956 e do disposto no Decreto nº 53.312, de 08 de agosto de 2008,

Comunicado

FAZENDA E PLANEJAMENTO

UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

Artigo 115 da CE - Suplemento Especial

A Unidade Central de Recursos Humanos, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado) COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2018, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 30 de abril de 2019, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual.

AS ENTIDADES FUNDACIONAIS, DE ECONOMIA MISTA E AS EMPRESAS PÚBLICAS DEVERÃO, para atendimento ao dispositivo constitucional, encaminhar diretamente à Imprensa Oficial do Estado S.A - IMESP, impreterivelmente até o dia 05 de abril de 2019, o quantitativo de seus quadros.

Essas entidades, na hipótese de maiores esclarecimentos quanto a transmissão e publicação, deverão contatar a Imprensa Oficial do Estado pelo telefone: SAC 0800 01234 01.

O arquivo deverá vir no formato texto com tabulação e salvo como texto sem formatação e enviado para o email:

artigo115-2019@imprensaoficial.com.br



Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder
Executivo
seção I

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4-500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 129 • Número 27 • São Paulo, sexta-feira, 8 de fevereiro de 2019

www.imprensaoficial.com.br

Decretos

DECRETO Nº 64.106, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

Acréscena dispositivo ao Decreto nº 64.092, de 24 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário da Fazenda e Planejamento para os fins que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - O artigo 1º do Decreto nº 64.092, de 24 de janeiro de 2019, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único - Nos impedimentos do Titular da Secretaria da Fazenda e Planejamento, os poderes de que trata este artigo poderão ser exercidos pelo Secretário Executivo da Pasta.”.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data da publicação. Palácio dos Bandeirantes, 7 de fevereiro de 2019

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 7 de fevereiro de 2019.

DECRETO Nº 64.107, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

Homologa, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto do Prefeito do Município de Sumaré, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Senhor Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil,

Decreta:

Artigo 1º - Fica homologado, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto Municipal nº 10.455, de 21 de janeiro de 2019, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município de Sumaré, nos termos da Lei federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e da Instrução Normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional.

Artigo 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, dentro de suas respectivas atribuições, ficam autorizados a prestar apoio complementar a população das áreas afetadas daquele município, mediante prévia articulação com a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2019.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de fevereiro de 2019

JOÃO DORIA

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 7 de fevereiro de 2019.

DECRETO Nº 64.108, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

Transfere o cargo que especifica e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978,

Decreta:

Artigo 1º - Fica transferido o cargo de Secretário Executivo, da Escala de Vencimentos Comissão, do SQC-I, vago em decorrência da exoneração de BRUNO MALULY GUGLIELMI, RG 44.991.775-7, do Quadro da Secretaria de Governo, para o Quadro da Secretaria da Segurança Pública.

Artigo 2º - Fica o Secretário da Segurança Pública, autorizado a proceder mediante apostila, à retificação dos seguintes elementos informativos, a que se refere o artigo anterior:

I – nome do servidor;

II – dados da cédula de identidade;

III - situação do cargo, no que se refere a sua vacância, mesmo que em decorrência de alterações ocorridas.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de fevereiro de 2019

JOÃO DORIA

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 7 de fevereiro de 2019.

Atos do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR

DESPACHOS DO GOVERNADOR, DE 7-2-2019

No processo SAP-GS-1.726-15 (CC-162.687-15), sobre diá-ria especial por jornada extraordinária de trabalho penitenciário – Dejeop: “À vista dos elementos de instrução do processo, da representação do Secretário da Administração Penitenciária, das manifestações da Secretaria da Fazenda e Planejamento e para os fins do disposto no art. 8º da LC 1.247-2014, autorizo a Pasta requerente a adotar as providências necessárias, no exercício de 2019, à realização da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário – DEJEP, sendo 559 por dia, totalizando 16.763 diárias/mês, observadas as disponibilidades orçamentária-financeira e obedecidos os demais preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie.”

No processo SMA-2.942-17, Vols. I e II (SG-421.832-2017), sobre autorização para a realização da diária especial por jornada extraordinária de trabalho policial militar – Dejem: “À vista dos elementos de instrução do processo, da exposição de motivos do então Secretário do Meio Ambiente e diante do termo de cooperação celebrado entre o Estado, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da então Secretaria do Meio Ambiente, e a Coordenadoria dos Parques Urbanos, e para o fim do disposto no art. 8º da LC 1.227-2013, autorizo a adoção das providências cabíveis visando ao emprego de policiais militares na execução do policiamento ostensivo ambiental, nos Parques e áreas administradas pela Coordenadoria dos Parques Urbanos, visando prevenir e reprimir os atos relacionados à quebra da ordem pública que atentem contra o bom uso dos espaços públicos e leis ambientais, focando na educação ambiental e conscientização do cidadão usuário, em Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar – DEJEM, no exercício de 2019, para o efetivo de 16 policiais militares (Praças) por dia, mediante repasse de recursos da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente à conta “C” do Fundo Especial da Polícia Militar - FEPOM, observadas as disponibilidades orçamentária e financeira e obedecidos os preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie.”

Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

CHEFIA DE GABINETE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Centro de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos

Extrato

Segundo Termo de Aditamento

Contrato 03/2016

Processo SPDOC 114316/2015

Parecer Jurídico: CJ/SG 438/2018 de 18-12-2018

Inexigibilidade de Licitação

Participes: SECRETARIA DE GOVERNO, e esta por meio do

Departamento de Administração e o BANCO DO BRASIL S/A

Objeto: O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 12 meses, a partir de 13-01-2019 a 12-01-2020

Valor Total: R\$ 3.967,20

Valor por exercício: R\$ 3.839,23 para o presente exercício, e R\$ 127,97 para o exercício de 2020.

Data de assinatura: 20-12-2018

Extrato

Termo de Aditamento

Processo SPDOC 28435/2015

Parecer Jurídico: Resolução nº PGE-23 de 12-11-2015

Contrato 037/2014 - GS

Contratante: SECRETARIA DE GOVERNO

Contratada: COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS

Objeto: O prazo de vigência do contrato, fica prorrogado por mais 06 meses com início em 12-02-2019 e término em 11-08-2019.

Valor total estimado: R\$ 631.268,10 para o presente exercício

Assinatura: 07-01-2019

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO DIRETOR

Deliberações, de 7-2-2019

Processo ARTESP 022.321/2016

(Protocolo ARTESP 339.692/16)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo ARTESP 022.321/2016 (Protocolo 339.692/16), o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

a) CONHECE o recurso interposto pela Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. – INTERVIAS, em conformidade com o artigo 37 da Lei Estadual 10.177/98, em face da decisão do Diretor de Operações, identificada como DI DOP 0140/18, que não acolheu a defesa prévia e as alegações finais relativas à NOT DOP 0050/16;

b) NO MÉRITO, NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão administrativa proferida pelo Diretor de Operações.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Operações, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações CI DOP 0554/16 (fl. 03); cópia NOT DOP 0050/16 (fls. 04/05); RT DOP

0232/16 (fls. 06/07); FD DOP 34976/16 (fl. 26); RT DOP 0291/16 (fls. 28/30); FD DOP 40852/17 (fl. 45); RT DOP 0009/17 (fls. 46/47); FD DOP 41069/17 (fl. 48); FD DAI 18518/17 (fls. 49/52); FD DAI 18649/17 (fl. 53); FD DAI 28339/18 (fl. 59); FD DAI 28429/18 (fl. 59); FD DOP 36640/18 (fl. 61); DI DOP 0140/18 (fls. 62/63); FD DOP 44901/18 (fl. 72); FD DOP 46054/18 (fl. 74); cópia CT DOP 1243/18 (fl. 75); FD DOP 55165/18 (fl. 83); FD DOP 55846/18 (fl. 84); FD DAI 54283/18 (fls. 85/86); FD DAI 54460/18 (fl. 87); FD DOP 04629/19 (fls. 93/94); FD DOP 05221/19 (fl. 95); Parecer CJ/ARTESP 583/2017 (fls. 55/57); cópia do Parecer Referencial CJ/ARTESP 11/2018 (fls. 88/91), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. PROCESSO ARTESP 026.018/2017 (Protocolo ARTESP 377.356/17)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo ARTESP 026.018/2017 (Protocolo 377.356/17), o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

a) CONHECE o recurso interposto pela Concessionária Autovias S/A, em conformidade com o artigo 37 da Lei Estadual 10.177/98, em face da decisão do Diretor de Operações, identificada como DI DOP 0176/18, que não acolheu a defesa prévia e as alegações finais relativas à NOT DOP 0121/17;

b) NO MÉRITO, NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão administrativa proferida pelo Diretor de Operações.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Operações, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações CI DOP 0727/17 (fl. 03); cópia NOT DOP 0121/17 (fls. 04/05); RT DOP 0519/17 (fls. 06/07); FD DOP 15909/18 (fl. 31); RT DOP 0372/18 (fls. 33/36); RT DOP 0610/18 (fls. 46/47); FD DOP 27629/18 (fl. 48); FD DOP 29310/18 (fl. 49); FD DAI 42.768/18 (fls. 50/52); FD DAI 42974/18 (fl. 53); FD DAI 45480/18 (fl. 61); FD DAI 45896/18 (fl. 61); FD DOP 42336/18 (fl. 63); FD DOP 44348/18 (fl. 66); DI DOP 0176/18 (fl. 67); FD DOP 46459/18 (fl. 70); cópia CT DOP 1271/18 (fl. 71); FD DOP 50473/18 (fl. 81); cópia CT DOP 1340/18 (fl. 82); FD DOP 01409/19 (fl. 85); FD DOP 01874/19 (fl. 86); FD DAI 00865/19 (fls. 91/92); FD DAI 01033/19 (fl. 92); FD DOP 04726/19 (fls. 94/95); FD DOP 05726/19 (fl. 96); Parecer CJ/ARTESP 595/2018 (fls. 55/59); cópia do Parecer Referencial CJ/ARTESP 11/2018 (fls. 87/90), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. PROCESSO ARTESP 027.145/2018 (Protocolo ARTESP 386.748/18)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo ARTESP 027.145/2018 (Protocolo 386.748/18), o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

a) CONHECE o recurso interposto pela Concessionária Vianorte S.A, em conformidade com o artigo 37 da Lei Estadual 10.177/98, em face da decisão do Diretor de Operações, identificada como DI DOP 0141/18, que não acolheu a defesa prévia e as alegações finais relativas à NOT DOP 0032/18;

b) NO MÉRITO, NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão administrativa proferida pelo Diretor de Operações.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Operações, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações CI DOP 0174/18 (fls. 03/04); cópia NOT DOP 0032/18 (fls. 05/07); RT DOP 0098/18 (fls. 08/11); RT DOP s/n (fls. 23/52); RT DOP s/n (fls. 53/58); FD DOP 10268/18 (fl. 178); RT DOP 0242/18 (fls. 180/184); RT DOP 0423/18 (fls. 193/195); FD DOP 18538/18 (fl. 196); FD DOP 18811/18 (fl. 197); FD DAI 37420/18 (fls. 198/200); FD DAI 37554/18 (fl. 200); FD DAI 40819/18 (fl. 206); FD DAI 40954/18 (fl. 206); FD DOP 36644/18 (fl. 208); DI DOP 0141/18 (fls. 209/210); FD DOP 45012/18 (fl. 219); FD DOP 46053/18 (fl. 221); cópia CT DOP 1245/18 (fl. 222); FD DOP 55016/18 (fl. 227); FD DOP 55848/18 (fl. 228); FD DAI 55077/18 (fl. 233); FD DAI 55354/18 (fl. 234); FD DOP 04819/19 (fls. 236/237); FD DOP 05723/19 (fl. 238); Parecer CJ/ARTESP 508/2018 (fls. 202/204); cópia do Parecer Referencial CJ/ARTESP 11/2018 (fls. 229/232), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. PROCESSO ARTESP 026.308/2017 (Protocolo ARTESP 379.796/17)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo ARTESP 026.308/2017 (Protocolo 379.796/17), o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

a) CONHECE o recurso interposto pela Concessionária Rodovias do Tietê S.A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, em face da decisão do Diretor de Operações, identificada como DI DOP 0124/18, que não acolheu a defesa prévia e as alegações finais relativas à NOT DOP 0150/17;

b) NO MÉRITO, NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão administrativa proferida pelo Diretor de Operações.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Operações, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações CI DOP 0803/17 (fl. 03); cópia NOT DOP 0150/17 (fls. 04/05); RT DOP 0604/17 (fls. 06/39); FD DOP 07135/18 (fl. 57); FD DOP 07363/18 (fl. 58); RT DOP 0180/18 (fls. 60/62); FD DOP 12418/18 (fl. 77); RT DOP 0288/18 (fls. 78/79); FD DOP 12522/18 (fl. 80); FD DOP 13334/18 (fl. 81); FD DAI 36383/18 (fls. 82/85); FD DAI 36786/18 (fl. 86); FD DAI 41006/18 (fl. 95); FD DAI 41245/18 (fl. 95); FD DOP 33906/18 (fl. 97); FD DOP 34379/18 (fl. 98); DI DOP 0124/18 (fls. 99/100); FD DOP 35682/18 (fl. 103); FD DOP 35839/18 (fl. 104); cópia CT DOP 0985/18 (fl. 105); FD DOP 39301/18 (fl. 128); FD DOP 39851/18 (fl. 129); FD DOP 40411/18 (fl. 130); FD DAI 00902/19 (fl. 131); FD DAI 01034/19 (fl. 131); FD DOP 04744/19 (fl. 137/138); FD DOP 04847/19 (fl. 139); FD DOP 05728/19 (fl. 140); Parecer CJ/ARTESP 510/2018 (fls. 88/93); cópia do Parecer Referencial CJ/ARTESP 11/2018 (fls. 132/135), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. PROCESSO ARTESP 022.689/2017 (Protocolo ARTESP 344.702/17)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo ARTESP 022.689/2017 (Protocolo 344.702/17), o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

a) CONHECE o recurso interposto pela Concessionária Rodovias do Tietê S.A, em conformidade com o artigo 37 da Lei Estadual 10.177/98, em face da decisão do Diretor de Operações, identificada como DI DOP 0026/17, que não acolheu a defesa prévia e as alegações finais relativas à NOT DOP 0058/16;

b) NO MÉRITO, NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão administrativa proferida pelo Diretor de Operações.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Operações, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações CI DOP 0691/16 (fls. 03/04); cópia NOT DOP 0058/16 (fls. 05/08); RT DOP s/n (fls. 26/38); RT DOP s/n (fls. 39/49); FD DOP 44256/17 (fl. 118); RT DOP 0031/17 (fls. 121/129); RT DOP 0089/17 (fls. 169/170); FD DOP 50302/17 (fl. 171); FD DOP 51281/17 (fl. 172); FD DAI 16450/17 (fls. 173/176); FD DAI 16508/17 (fl. 177); FD DAI 22420/17 (fl. 188); FD DAI 22535/17 (fl. 189); FD DOP 72622/17 (fl. 191); DI DOP 0026/17 (fls. 192/193); FD DOP 74270/17 (fl. 195); FD DOP 27239/18 (fl. 245); cópia CT DOP 0683/18 (fl. 247); FD DOP 47504/18 (fl. 299); FD DOP 48919/18 (fl. 300); FD DAI 52974/18 (fls. 305/306); FD DAI 53078/18 (fl. 306); FD DOP 02105/19 (fls. 308/309); FD DOP 03589/19 (fl. 310); Parecer CJ/ARTESP 407/2017 (fls. 179/186); cópia do Parecer Referencial CJ/ARTESP 11/2018 (fls. 301/304), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. PROCESSO ARTESP 022.234/2016 (Protocolo ARTESP 338.211/16)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo ARTESP 022.234/2016 (Protocolo 338.211/16), o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

a) CONHECE o recurso interposto pela Concessionária Centrovias Sistemas Rodoviários S/A, em conformidade com o artigo 37 da Lei Estadual 10.177/98, em face da decisão do Diretor de Operações, identificada como DI DOP 0139/18, que não acolheu a Defesa Prévia e as Alegações Finais relativas à notificação NOT DOP 0047/16;

b) NO MÉRITO, NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão administrativa proferida pelo Diretor de Operações

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Operações, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações CI DOP 0230/16 (fl. 03); cópia NOT DOP 0047/16 (fls. 04/05); RT DOP 0230/16 (fl. 06/17); FD DOP 34695/16 (fl. 45); cópia CT DOP 0860/16 (fl. 46); FD DOP 50079/17 (fl. 48); RT DOP 0087/17 (fls. 50/53); cópia CT DOP 0329/17 (fl. 64); RT DOP 0183/17 (fls. 77/78); FD DOP 57802/17 (fl. 79); FD DOP 58039/17 (fl. 80); FD DAI 21545/17 (fls. 81/83); FD DAI 21745/17 (fl. 84); FD DAI 30141/18 (fl. 95); FD DAI 30361/18 (fl. 95); FD DOP 36629/18 (fl. 97); DI DOP 0139/18 (fls. 98/99); FD DOP 44836/18 (fl. 102); FD DOP 44836/18 (fl. 109); cópia CT DOP 1239/18 (fl. 110); FD DOP 01586/19 (fl. 113); FD DOP 01884/19 (fl. 114); FD DAI 00999/19 (fl. 115); FD DAI 01115/19 (fl. 115); FD DOP 04812/19 (fls. 121/122); FD DOP 05724/19 (fl. 123); Parecer CJ/ARTESP 46/2018 (fls. 86/93); cópia do Parecer Referencial 11/2018 (fls. 116/119), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. PROCESSO ARTESP 027.987/2018 (Protocolo ARTESP 394.098/18)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo ARTESP 027.987/2018 (Protocolo 394.098/18), o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

a) CONHECE o recurso interposto pela Concessionária Rodovias do Tietê S.A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, em face da decisão do Diretor de Operações, identificada como DI DOP 0170/18 (fls. 73/74), que não acolheu a defesa prévia e as alegações finais relativas à NOT DOP 0097/18;

b) NO MÉRITO, NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão administrativa proferida pelo Diretor de Operações.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Operações, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações CI DOP 0392/18 (fl. 03); cópia NOT DOP 0097/18 (fl. 04/05); RT DOP 0307/18 (fls. 06/08); FD DOP 20407/18 (fl. 25); FD DOP 20697/18 (fl. 26); RT DOP 0437/18 (fls. 27/30); FD DOP 26002/18 (fl. 44); RT DOP 0544/18 (fls. 45/46); FD DOP 26274/18 (fl. 47); FD DOP 28114/18 (fl. 48); FD DAI 44526/18 (fls. 49/52); FD DAI 44733/18 (fl. 53); FD DOP 39710/18 (fl. 71); FD DOP 40006/18 (fl. 72); DI DOP 0170/18 (fls.



Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder
Executivo
seção I

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 129 • Número 97 • São Paulo, quinta-feira, 23 de maio de 2019

www.imprensaoficial.com.br

Decretos

DECRETO Nº 64.247, DE 22 DE MAIO DE 2019

Altera a classificação institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 6º do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, que estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, e à vista do disposto no Decreto nº 64.217, de 6 de maio de 2019,

Decreta:

Artigo 1º - Fica acrescentado ao artigo 2º do Decreto nº 57.915, de 27 de março de 2012, o inciso VI, com a seguinte redação:

“VI – Conselho Estadual do Idoso.”.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de maio de 2019

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de maio de 2019.

DECRETO Nº 64.248, DE 22 DE MAIO DE 2019

Altera o Decreto nº 64.091, de 24 de janeiro de 2019, que delega competência ao Secretário da Fazenda e Planejamento para os fins que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - O § 2º do artigo 1º do Decreto nº 64.091, de 24 de janeiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Nas ausências e impedimentos do Titular da Secretaria da Fazenda e Planejamento, os poderes de que trata este artigo poderão ser exercidos pelo Secretário Executivo da Pasta.”. (NR)

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de janeiro de 2019.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de maio de 2019

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de maio de 2019.

DECRETO Nº 64.249, DE 22 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria Especial de Relações Internacionais nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 6º do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, que estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, e à vista do disposto no Decreto nº 64.189, de 17 de abril de 2019,

Decreta:

Artigo 1º - Constitui Unidade Orçamentária da Secretaria Especial de Relações Internacionais a Secretaria Especial de Relações Internacionais.

Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Secretaria Especial de Relações Internacionais:

I – Gabinete do Secretário;

II – Coordenadoria Administrativa.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de maio de 2019

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de maio de 2019.

DECRETO Nº 64.250, DE 22 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a revogação de dispositivos dos Decretos nº 61.410, de 7 de agosto de 2015, e nº 64.090, de 23 de janeiro de 2019, que tratam da classificação institucional da Secretaria de Governo nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 6º do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, que estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, e à vista do disposto no Decreto nº 64.189, de 17 de abril de 2019,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam revogados os dispositivos abaixo relacionados:

I - do Decreto nº 61.410, de 7 de agosto de 2015, acrescentados pelos artigos 1º e 4º do Decreto nº 64.090, de 23 de janeiro de 2019:

a) o inciso IX do artigo 1º;

b) o artigo 4º-B;

II – do Decreto nº 64.090, de 23 de janeiro de 2019, o artigo 4º.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de maio de 2019

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de maio de 2019.

DECRETO Nº 64.251, DE 22 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 6º do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, que estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, e à vista do disposto no Decreto nº 64.187, de 17 de abril de 2019,

Decreta:

Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação:

I – Administração Superior da Secretaria e da Sede;

II - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”;

III - Coordenadoria Pedagógica;

IV - Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula;

V - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares;

VI - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos;

VII - Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

VIII - Conselho Estadual de Educação – CEE;

IX - Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE.

Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede:

I - Gabinete do Secretário;

II - Departamento de Administração;

III - Diretoria de Ensino - Centro;

IV - Diretoria de Ensino Centro Oeste;

V - Diretoria de Ensino Centro Sul;

VI - Diretoria de Ensino Leste 1;

VII - Diretoria de Ensino Leste 2;

VIII - Diretoria de Ensino Leste 3;

IX - Diretoria de Ensino Leste 4;

X - Diretoria de Ensino Leste 5;

XI - Diretoria de Ensino Norte 1;

XII - Diretoria de Ensino Norte 2;

XIII - Diretoria de Ensino Sul 1;

XIV - Diretoria de Ensino Sul 2;

XV - Diretoria de Ensino Sul 3;

XVI - Diretoria de Ensino de Caieiras;

XVII - Diretoria de Ensino de Carapicuíba;

XVIII - Diretoria de Ensino de Diadema;

XIX - Diretoria de Ensino de Guarulhos Norte;

XX - Diretoria de Ensino de Guarulhos Sul;

XXI - Diretoria de Ensino de Itapeçerica da Serra;

XXII - Diretoria de Ensino de Itapevi;

XXIII - Diretoria de Ensino de Itaquaquecetuba;

XXIV - Diretoria de Ensino de Mauá;

XXV - Diretoria de Ensino de Mogi das Cruzes;

XXVI - Diretoria de Ensino de Osasco;

XXVII - Diretoria de Ensino de Santo André;

XXVIII - Diretoria de Ensino de São Bernardo do Campo;

XXIX - Diretoria de Ensino de Suzano;

XXX - Diretoria de Ensino de Taboão da Serra;

XXXI - Diretoria de Ensino de Adamantina;

XXXII - Diretoria de Ensino de Americana;

XXXIII - Diretoria de Ensino de Andradina;

XXXIV - Diretoria de Ensino de Apiaí;

XXXV - Diretoria de Ensino de Araçatuba;

XXXVI - Diretoria de Ensino de Araraquara;

XXXVII - Diretoria de Ensino de Assis;

XXXVIII - Diretoria de Ensino de Avaré;

XXXIX - Diretoria de Ensino de Barretos;

XL - Diretoria de Ensino de Bauru;

XLI - Diretoria de Ensino de Birigui;

XLII - Diretoria de Ensino de Botucatu;

XLIII - Diretoria de Ensino de Bragança Paulista;

XLIV - Diretoria de Ensino de Campinas Leste;

XLV - Diretoria de Ensino de Campinas Oeste;

XLVI - Diretoria de Ensino de Capivari;

XLVII - Diretoria de Ensino de Caraguatatuba;

XLVIII - Diretoria de Ensino de Catanduva;

XLIX - Diretoria de Ensino de Fernandópolis;

L - Diretoria de Ensino de Franca;

LI - Diretoria de Ensino de Guaratinguetá;

LII - Diretoria de Ensino de Itapetininga;

LIII - Diretoria de Ensino de Itapeva;

LIV - Diretoria de Ensino de Itararé;

LV - Diretoria de Ensino de Itu;

LVI - Diretoria de Ensino de Jaboticabal;

LVII - Diretoria de Ensino de Jacaré;

LVIII - Diretoria de Ensino de Jales;

LIX - Diretoria de Ensino de Jaú;

LX - Diretoria de Ensino de José Bonifácio;

LXI - Diretoria de Ensino de Jundiaí;

LXII - Diretoria de Ensino de Limeira;

LXIII - Diretoria de Ensino de Lins;

LXIV - Diretoria de Ensino de Marília;

LXV - Diretoria de Ensino de Miracatu;

LXVI - Diretoria de Ensino de Mirante do Paranapanema;

LXVII - Diretoria de Ensino de Mogi Mirim;

LXVIII - Diretoria de Ensino de Ourinhos;

LXIX - Diretoria de Ensino de Penápolis;

LXX - Diretoria de Ensino de Pindamonhangaba;

LXXI - Diretoria de Ensino de Piracicaba;

LXXII - Diretoria de Ensino de Pirajú;

LXXIII - Diretoria de Ensino de Pirassununga;

LXXIV - Diretoria de Ensino de Presidente Prudente;

LXXV - Diretoria de Ensino de Registro;

LXXVI - Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto;

LXXVII - Diretoria de Ensino de Santo Anastácio;

LXXVIII - Diretoria de Ensino de Santos;

LXXIX - Diretoria de Ensino de São Carlos;

LXXX - Diretoria de Ensino de São João da Boa Vista;

LXXXI - Diretoria de Ensino de São Joaquim da Barra;

LXXXII - Diretoria de Ensino de São José do Rio Preto;

LXXXIII - Diretoria de Ensino de São José dos Campos;

LXXXIV - Diretoria de Ensino de São Roque;

LXXXV - Diretoria de Ensino de São Vicente;

LXXXVI - Diretoria de Ensino de Sertãozinho;

LXXXVII - Diretoria de Ensino de Sorocaba;

LXXXVIII - Diretoria de Ensino de Sumaré;

LXXXIX - Diretoria de Ensino de Taquaritinga;

XC - Diretoria de Ensino de Taubaté;

XCI - Diretoria de Ensino de Tupá;

XCII - Diretoria de Ensino de Votorantim;

XCIII - Diretoria de Ensino de Votuporanga.

Artigo 3º - Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”.

Artigo 4º - Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria Pedagógica a Coordenadoria Pedagógica.

Artigo 5º - Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária da Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula a Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula.

Artigo 6º - Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares:

I - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares;

II - Departamento de Suprimentos e Licitações.

Artigo 7º - Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos.

Artigo 8º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Orçamento e Finanças:

I - Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

II - Departamento de Controle de Contratos e Convênios.

Artigo 9º - Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Conselho Estadual de Educação o Conselho Estadual da Educação.

Artigo 10 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial:

I - o Decreto nº 57.232, de 12 de agosto de 2011;

II - o Decreto nº 57.239, de 17 de agosto de 2011.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de maio de 2019

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de maio de 2019.

DECRETO Nº 64.252, DE 22 DE MAIO DE 2019

Integra no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo - SUS/SP, para fins de atribuição da Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde – GDAPAS, e da Gratificação Especial de Suporte à Saúde – GESS, a unidade de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica integrado no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo - SUS/SP, o Núcleo de Atendimento à Saúde, do Centro de Detenção Provisória de Nova Independência, da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado, para fins de concessão da Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde – GDAPAS, e da Gratificação Especial de Suporte à Saúde – GESS, previstas respectivamente nos incisos I e II do artigo 18 da Lei Complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, com alterações posteriores.

Artigo 2º - A concessão das gratificações de que trata o artigo 1º deste decreto dar-se-á por meio de portaria do Dirigente do Órgão Subsetorial de Recursos Humanos da Unidade Prisional.

Artigo 3º - O Secretário da Administração Penitenciária, por resolução, indicará o número de servidores do Centro de Detenção Provisória de Nova Independência que farão jus à Gratificação Especial de Suporte à Saúde - GESS.

Artigo 4º - As despesas resultantes da aplicação deste decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de novembro de 2018.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de maio de 2019

JOÃO DORIA

Nivaldo Cesar Restivo

Secretário da Administração Penitenciária

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de maio de 2019.

DECRETO Nº 64.253, DE 22 DE MAIO DE 2019

Transfere, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a Secretaria de Esportes, a administração do imóvel que especifica e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica transferida, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a Secretaria de Esportes, a administração do imóvel localizado na Avenida Doutor Cenobello de Barros Serra, nº 1.480, Parque Industrial, Município de São José do Rio Preto, com área total de 17.719,00m² (dezessete mil, setecentos e dezenove metros quadrados), cadastrado no SGI sob o nº 3.189, conforme identificado nos Processo SELJ-514/2017 (SG-2.088.294/2018).

Parágrafo único – O imóvel de que trata o “caput” destinar-se-á à instalação da Delegacia Regional de Esporte e Lazer – DREL, de São José do Rio Preto, sem prejuízo do disposto no Decreto nº 55.889, de 4 de junho de 2010.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de maio de 2019

JOÃO DORIA

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Alildo Rodrigues Ferreira

Secretário de Esportes

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia